

GÊNERO, CONTROVÉRSIAS E ESPAÇO PÚBLICO MIDIÁTICO¹

GENRE, CONTROVERSES ET ESPACE PUBLIC MÉDIATIQUE GENDER, CONTROVERSIES AND PUBLIC MEDIA SPACE

Maxime CERVILLE²
PARIS 8 - CEMTI | França
Virginie JULLIARD³
CELSA - GRIPIC | França

Resumo

Por meio de uma revisão crítica das principais teorias feministas e *queer* do espaço público, bem como seus principais pontos de tensão, esta contribuição propõe algumas pistas para uma abordagem comunicacional que permitem pensar sobre a reprodução do gênero no contexto de controvérsias midiáticas. O texto argumenta que a análise de tais controvérsias torna visível não apenas o caráter normativo do espaço público midiático como das relações de gênero.

Palavras-chave

Mídias; Controvérsias; Gênero; Participação, Públicos.

Résumé

Au travers d'un retour critique sur les principales théories féministes et *queer* de l'espace public, ainsi que sur leurs principaux points de tension, cette contribution propose quelques pistes pour une démarche communicationnelle permettant de penser la reproduction du genre en contexte de controverses médiatiques. Elle soutient que l'analyse de telles controverses permet de rendre visible aussi bien le caractère normatif de l'espace public médiatique que des rapports de genre.

Mots-clés

Médias; Controverses; Genre; Participation; Publics.

Abstract

Through a critical exploration of some of the major feminist and queer theories of the public sphere, highlighting some of their disagreements, this article suggests some orientations for a communicational approach aiming at studying the reproduction of gender in the context of highly mediatized controversies. It argues that the analysis of such controversies can help uncover the normative dimension of both the mediatized public sphere and of gender relations.

Keywords

Medias; Controversies; Gender; Participation; Audiences.

RECEBIDO EM 09 DE OUTUBRO DE 2019
ACEITO EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019

¹ Artigo originalmente em francês. Tradução: Lucas Consolin Dezotti e Paula de Souza Paes.

² Professor de Ciências da Informação e Comunicação na Universidade de Paris 8 Vincennes – Saint-Denis. Membro do CEMTI (Centre d'études sur les médias, les technologies et l'internationalisation). Autor do livro *Dans le blanc des yeux. Diversité, racisme et médias* (Amsterdam, 2013) e co-autor do livro *Cultural Studies : théories et méthodes* (Armand Colin, 2015; edição ampliada, 2018).

³ Professora de Ciências da Informação e da Comunicação no CELSA (École des hautes études en sciences de l'information et de la communication) – Universidade de Sorbonne. Membro do GRIPIC (Groupe de recherches interdisciplinaire sur les processus d'information et de communication). É autora do livro *De la presse à Internet : la parité en questions* (Hermès-Lavoisier, 2012) e co-organizadora do seminário "Genre, médias et communication" (Paris).

Introdução

Nos últimos vinte anos, diversas controvérsias abriram um espaço de conflito na França em torno da definição e dos usos políticos da “diferença dos sexos”. As controvérsias relacionadas à lei sobre a “paridade”, o Pacs, o uso do “véu” e da “burca”, o “casamento para todos” ou ainda os planos de ação pública pela igualdade entre meninas e meninos na escola participaram de um processo de deliberação das concepções hegemônicas das identidades de gênero e das relações sociais subjacentes a elas. A instrumentalização da expressão “teoria do gênero” a partir de 2011 testemunha, assim, uma radicalização das posições, com o crescimento de um “pânico moral” expressando a inquietação de ver o desaparecimento da alteridade sexual e dos papéis sociais que são relacionados a ela. As controvérsias constituem um objeto privilegiado para se perceber o caráter normativo de um espaço público, onde os papéis sociais são redistribuídos com restrições, na medida em que abrem uma série de deliberações públicas, mobilizando uma multidão de atores e atrizes diferentemente posicionados(as) na formação social. As controvérsias mostram, em um mesmo movimento, as dinâmicas de transformação e reprodução não apenas do espaço público, mas das relações de gênero.

A iniciativa de historicizar o sexo como objeto científico, engajado no campo da epistemologia e da filosofia feminista das ciências, demonstrou a instabilidade da definição de sexo e a dificuldade, se não a impossibilidade, de fundamentar cientificamente a bicategorização por sexo (KRAUS, 2000). Essa iniciativa enfatizou, principalmente, como a crise constitui o regime teórico comum do sexo (DORLIN, 2005). No âmbito da história da pesquisa biológica e médica, a teoria da bicategorização sexual está perpetuamente em crise, sujeita a questionamentos e revisões que se manifestam pela emergência constante de novos critérios de determinação do sexo dos indivíduos (por

Maxime **CERVILLE** • Virginie **JULLIARD**

exemplo, o sexo dito “hormonal”, “cromossômico”, “gonadal”, “fenotípico” ou “genético”). A fragilidade epistêmica de cada um desses critérios, tanto quanto a valsa das revisões teóricas que eles ocasionaram frente aos casos empíricos que desmentem sua validade, sugerem que “a crise [como regime teórico] é a própria expressão da historicidade de uma relação de dominação que se modifica, transforma e deve constantemente redefinir seu sistema categórico para garantir as condições da sua reprodução” (DORLIN, 2005, p. 134⁴).

Ao transpor essa ideia de que a crise pode funcionar como um meio de garantia da perenidade de um sistema de representações sociais e da ordem que ele constitui, propomos considerar as múltiplas controvérsias relativas ao gênero e à sexualidade que surgiram no espaço público contemporâneo menos como marcas do enfraquecimento da ordem de gênero e mais como tempos de reconfiguração que permitem garantir sua manutenção. De acordo com essa perspectiva, pensar o gênero a partir das controvérsias permite mostrar o papel da deliberação política e da mediação midiática na reprodução das relações e das identidades de gênero. No entanto, essa reprodução opera menos como uma recondução idêntica e mais como um princípio de iterabilidade (DERRIDA, 1998; BUTLER, 1993), em que cada repetição da marca do gênero a modifica e a altera. A plasticidade política do gênero no espaço midiático, bem como a plasticidade epistêmica do sexo no campo biomédico, são uma condição de sua permanência assim como da sua possível contestação pública.

As pesquisas sobre o gênero conduzidas no campo francês das Ciências da Informação e Comunicação (SIC) se desenvolveram particularmente após os debates relativos ao Pacs e à paridade – que questionaram a articulação entre gênero, mídias e espaço público – e, desde então, estão bem

⁴ « La crise [comme régime théorique] est l'expression même de l'historicité d'un rapport de domination qui se modifie, mute et doit constamment redéfinir son système catégoriel pour assurer les conditions de sa reproduction ».

consolidadas⁵. As pesquisas abordam a produção do gênero no discurso da imprensa (TAVERNIER, 2004; JULLIARD, 2012; OLIVESI, 2012; DALIBERT, 2013; CERVILLE e JULLIARD, 2013) ou em redes sócio-digitais (por exemplo, em debates que acontecem no Twitter: CERVILLE e PAILLER, 2014; JULLIARD, 2016 e 2017). Elas estudam o efeito das relações de gênero nas restrições organizacionais do jornalismo (DAMIAN-GAILLARD e SAÏTTA, 2011; CHAUVEL e LE RENARD, 2013), a definição institucional do gênero (HERNANDEZ ORELLANA e KUNERT, 2014) ou ainda as representações midiáticas como lugar da recomposição das identidades de gênero (COULOMB-GULLY e MÉADEL, 2012; QUEMENER, 2014; DAMIAN-GAILLARD, MONTANOLA e OLIVESI, 2014; LÉCOSSAIS, 2014; ESPINEIRA, 2015). Elas também analisam os modos de regulação social da sexualidade que podem ser apreendidos nas mídias. É o caso, por exemplo, das pesquisas de Fred Pailier (2011) sobre os modos da sexualização dos dispositivos digitais ou de Florian Vörös (2015) sobre os usos relacionados ao gênero da pornografia online.

Os numerosos trabalhos em SIC que problematizam o gênero mostram a fragilidade do conceito. Dois sentidos aparecem regularmente nessas pesquisas – o que não é específico das SIC, mas é encontrado no conjunto das ciências humanas e sociais (ver MARIGNIER, 2016, p. 37–40). O gênero designa: 1) uma relação social que estabelece diferenças entre homens e mulheres e as torna economicamente funcionais, bem como 2) as identidades

⁵ O volume e a regularidade dos dossiês dedicados ao gênero em revistas da disciplina em língua francesa, desde 2003, testemunham: *Une communication sexuée ?*, Bonnafous S., Jouët J., Rieffel R. (dir.), **Réseaux**, n 120, 2003; *Sexe & Communication*, Bouchard J. et Froissard P. (dir.), **MEI**, n 20, 2004; *Espaces politiques au féminin*, Fleury B. et Walter J. (dir.), **Questions de communication**, n 7, 2005; *Usages politiques du genre*, Demarchelier D. et Rennes J. (dir.), **Mots**, n 78, 2005; *Femmes et médias : le 8 mars à la Une*, Coulomb-Gully M. et Bonnafous S. (dir.), **Sciences de la société**, n 70, 2007; seção « Échange » da revista **Questions de Communication**, n 15 et 16, 2009; *Médias : la fabrique du Genre*, Coulomb-Gully M. (dir.), **Sciences de la société**, n 83, 2011; *Les langages du genre : sémiotique et communication*, Berthelot-Guiet K. et Kunert S. (dir.), **Communication & Langages**, n 177, 2013; *Le genre dans la communication et les médias*, Julliard V. et Quemener N. (dir.), **Revue française des sciences de l'information et de la communication**, n 4, 2014; *Sexualités*, Amato E.-A., Pailier F. et Schafer V. (dir.), **Hermès**, n 69, 2014; *La pornographie et ses discours*, Paveau M.-A. et Perea F. (dir.), **Questions de communication**, n 25, 2014, ou ainda *Écrire le genre*, Constantin de Chanay H., Chevalier Y. et Gardelle L. (dir.), **Mots**, n 113, 2017.

Maxime **CERVILLE** • Virginie **JULLIARD**

que essa relação faz surgir, a saber, as múltiplas formas de expressão do masculino e do feminino que atualizam sua versão normativa idealizada. Esses trabalhos se apoiam, principalmente, em diferentes conceituações da relação entre sexo e gênero, que manifestam diferentes níveis do construtivismo. O gênero pode, assim, ser concebido como uma forma cultural desse substrato biológico que seria o sexo ou como a maneira pela qual a própria categoria do sexo é socialmente construída pela reprodução discursiva contínua do gênero (ver, em particular, BUTLER, 1990; LAURETIS, 1987)⁶. Essa segunda posição abre perspectivas particularmente interessantes para as pesquisas em comunicação. Ao conferir um lugar determinante à performatividade do gênero, aos efeitos de significação e à política das representações, essa posição situa o estudo das mídias, do discurso e dos debates públicos no primeiro plano para a compreensão das transformações históricas da “diferença entre os sexos”, das trocas sociais e dos usos político-econômicos.

Se os estudos de gênero estão presentes em muitos estudos atuais em SIC, as contribuições dos estudos *queer* permanecem, por sua vez, ainda pouco mobilizadas. Nascidos nos Estados Unidos sob o duplo impulso do feminismo de inspiração pós-estruturalista e dos estudos em história sobre o surgimento e a circulação das identidades sexuais, os estudos *queer* continuam o processo de desnaturalização do sexo, do gênero e da sexualidade promovida pelas teorias feministas. Um projeto que busca interrogar as formas e funções da regulação da sexualidade no espaço público, paralelamente à crítica feminista ao androcentrismo do espaço público e das teorias que o conceituam.

Fazer e desfazer os públicos das controvérsias

Um ponto central da análise das controvérsias consiste em identificar os públicos em torno dos quais e para os quais elas se organizam. Como

⁶ Para uma versão materialista da ideia segundo a qual, ao invés de traduzir o sexo, o gênero o produziria, veja os trabalhos de Christine Delphy (2001).

salienta Cyril Lemieux, as controvérsias “sempre têm uma estrutura triádica: [elas] se referem a situações em que um debate entre duas partes é encenada na frente de um público, um terceiro colocado na posição de juiz” (LEMIEUX, 2007, p. 195)⁷. A definição ideal-típica da controvérsia proposta por Lemieux – que cobre imperfeitamente os casos empíricos – insiste na igualdade de competência dessas três instâncias como característica discriminatória.

Quanto mais o público em posição de julgar um debate for composto estritamente por pares, ou seja, por indivíduos nos quais cada parte em desacordo pode reconhecer a mesma competência distintiva de julgamento que ela reconhece em si própria, mais nós parecemos dispostos a falar de “controvérsia”. (LEMIEUX, 2007, p. 196)⁸

Muitas controvérsias estão sujeitas a um processo de expansão, extensão além do seu campo de referência inicial; no entanto, é o surgimento da disputa dentro de um meio especializado e relativamente autônomo que permitiria falar, segundo Lemieux, em controvérsia. No entanto, apreendidas em sua diversidade, as controvérsias estariam sujeitas à publicização em diferentes níveis (variando do confinamento da controvérsia ao seu campo de referência até a mais intensa mediação).

Do mesmo modo, o grau de especialização do público constituído por uma controvérsia variaria muito, sendo as duas figuras limites o público de pares e o público leigo. Por fim, Lemieux (2007) enfatiza a necessidade para aqueles que desejariam dar conta da dimensão instituinte de uma controvérsia – ou seja, sua capacidade de transformar as instituições e os atores envolvidos nela – de tomar como ponto de partida “o espaço institucional ou [o] meio social onde ela nasceu ao invés da [...] cena midiática onde ela se tornou visível ao maior número de pessoas” (LEMIEUX, 2007, p. 201)⁹.

⁷ « Ont toujours une structure triadique : [elles] renvoient à des situations où un différend entre deux parties est mis en scène devant un public, tiers placé dès lors en position de juge ».

⁸ « Plus le public placé en position de juger d'un différend est strictement composé de pairs, c'est-à-dire d'individus auxquels chaque partie en désaccord peut reconnaître la même compétence distinctive au jugement que celle qu'elle se reconnaît, plus nous semblons disposés à parler de "controverse" ».

⁹ « L'espace institutionnel ou [le] milieu social où elle est née plutôt que [...] la scène médiatique où elle a été rendue visible au plus grand nombre ».

Maxime **CERVILLE** • Virginie **JULLIARD**

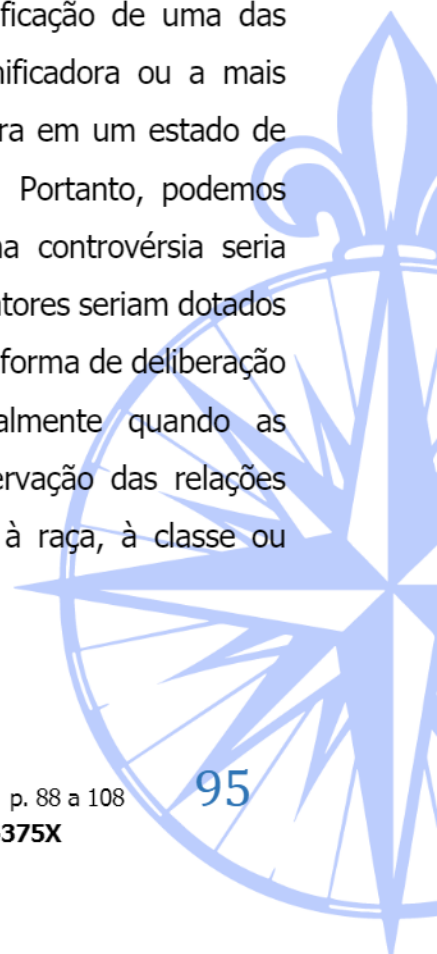
Uma abordagem comunicacional das controvérsias implica em seguir um caminho diferente: partir da midatização ao invés dos espaços institucionais onde, segundo Lemieux (2007), as controvérsias encontrariam sua origem. Não se trata apenas de mostrar o crescimento e a circulação dessas controvérsias, mas de apreender a transformação ideológica que elas implicam, as novas tensões discursivas que elas colocam em jogo e que contribuem para a reelaboração dos antagonismos políticos *a partir* de dispositivos de mediação. Se se trata de apreciar a função instituinte e, portanto, performativa das controvérsias, e não de ver nelas a expressão mecânica de uma estrutura social subjacente, é, no entanto, menos para enfatizar a reorganização institucional propriamente dita do que a emergência, por intermédio delas, de novos modos de interpelação dos públicos, de novas relações com o mundo e de novos regimes de sensibilidade.

Dessa forma, Virginie Julliard (2018a e b) destaca a maneira pela qual um dispositivo de escrita digital como o *Twitter* incentiva um engajamento afetivo-emocional a respeito da “diferença dos sexos”, por exemplo, no contexto da controvérsia relativa à “teoria do gênero”. Esse tipo de engajamento permite a estruturação de coalizões instáveis entre opções políticas que não pertencem exatamente às mesmas ideologias (extrema direita, católicos fundamentalistas e “direita de governo”) e participa da polarização das controvérsias, que se expressa em particular pelo uso das imagens nesse contexto (circulação de temas recorrentes dentro do mesmo grupo, por exemplo).

Os novos regimes de sensibilidade que emergem no contexto das controvérsias que se desenvolvem *online* estão também no centro dos trabalhos recentes de Nelly Quemener (2018). A pesquisadora demonstra a dimensão afetiva das controvérsias, revelando o quanto elas operam como “processo social auto-realizador”. A redistribuição de valores e emoções em torno do objeto da controvérsia constitui sua “força de dicotomização” e

incentiva as injunções a “se posicionar” nesse contexto binário. Um tal processo faria surgir, segundo Nelly Quemener, modos de subjetivação singulares: a possibilidade, tanto para os atores e atrizes da controvérsia quanto para seus públicos, de dar garantias de “respeitabilidade” e de afiliação a um determinado grupo que responde à interpelação midiática formulada em termos de valores e emoções. Dessa forma, podemos pensar que as controvérsias têm a capacidade de fazer e desfazer os públicos – esses últimos podem, inclusive, ser entendidos como a entidade concreta que se manifesta na recepção, bem como uma figura convocada mais ou menos explicitamente no discurso (WARNER, 2005, p. 67). O tipo de público que uma controvérsia traz à superfície como uma terceira instância, os registros discursivos através dos quais ele é interpelado e a função que lhe é atribuída são formas de apreciar o processo conflituoso e suas consequências.

As controvérsias amplamente midiáticas têm a particularidade de poder se dirigir a diferentes públicos, em função dos suportes e dos próprios públicos imaginados, o que resulta em enquadramentos diferentes do conflito. Acima de tudo, elas se baseiam menos na igualdade de competência das partes em confronto do que no princípio de desqualificação de uma das posições, geralmente aquela considerada a menos unificadora ou a mais distante do público imaginado da mídia, que se encontra em um estado de incompetência ou de ilegitimidade (CERVILLE, 2017). Portanto, podemos considerar que a proposição de Lemieux de que uma controvérsia seria caracterizada por uma estrutura triádica em que os três atores seriam dotados simbolicamente de igual competência diz respeito à uma forma de deliberação ideal, raramente encontrada empiricamente, especialmente quando as controvérsias envolvem o questionamento ou a conservação das relações sociais relacionadas não só ao gênero, mas também à raça, à classe ou distribuição e à hierarquização das sexualidades.



Maxime **CERVILLE** • Virginie **JULLIARD**

No espaço midiático, a controvérsia parece se basear em um processo aparentemente paradoxal de desqualificação de uma das partes, em função do público imaginado pelo suporte midiático. Essa desqualificação pode também ter consequências em termos de reterritorialização de formações discursivas próprias a algumas das partes envolvidas, que se deslocam para outras cenas públicas onde são mais ouvidas, permitindo a emergência de subjetividades políticas, a visibilidade das reivindicações e a estruturação de um campo. Assim, a imprensa lésbica francófona, nascida na virada dos anos 1970 e 1980, foi o resultado de uma cisão da imprensa feminista e da imprensa homossexual mista, incapazes de atender às reivindicações das feministas lésbicas e de torná-las visíveis como sujeito político (ELOIT, 2017). Em um outro registro, são a Web e as plataformas digitais, ao invés das “mídias tradicionais”, que permitem a oposição relativa à chamada “teoria de gênero” de se estruturar (JULLIARD, 2018a e b).

No entanto, ao colocar em cena o confronto entre as partes, a estruturação midiática da controvérsia consiste em *fazer com que não apareçam como pares*. O mesmo pode ser dito do público imaginado que ocupa a função de “juiz” da controvérsia. As controvérsias são momentos de reorganização discursiva dos públicos, em que o desafio reside, sem dúvida, tanto na resolução do conflito por deliberação quanto na distribuição desigual da competência, da expertise e da capacidade (de dizer ou fazer) de diferentes públicos. Como salienta o teórico *queer* Michael Warner (2005), o tipo de público que uma controvérsia faz emergir como instância terceira, os registros discursivos através dos quais ele é convocado e a função atribuída a ele são, portanto, meios de apreciar o processo conflitante.

Críticas feministas e *queer* do espaço público

A crítica feminista à teoria habermasiana do espaço público mostra o quanto o gênero o estrutura, em particular através das condições desiguais de

participação política e do estabelecimento de uma linha divisória entre “público” e “privado”. Nancy Fraser (1985, p. 56) demonstrou que “a estrutura institucional do [espaço público] é alcançada através dos papéis sociais de gênero”¹⁰. A dominação masculina se manifesta em desigualdades materiais que enviesam as condições de participação igualitária; ela se expressa na impossibilidade de um diálogo entre pares e na desqualificação da fala das mulheres, bem como na codificação masculina da cidadania¹¹. Logo, as condições para a comunicação democrática não são cumpridas.

Para combater as injustiças sexistas, Nancy Fraser salienta que é necessário considerar simultaneamente as desigualdades de distribuição (as teorias da justiça distributiva são convocadas a considerar a pobreza que resulta da divisão sexual do trabalho, por exemplo) e as desigualdades de reconhecimento (a filosofia do reconhecimento¹² é convidada a examinar, em particular, a construção jurídica da vida privada¹³ ou o imperialismo cultural produzido pela institucionalização dos modelos de apreciação androcêntricos existentes no direito ou na medicina). De um lado, a distribuição dos recursos materiais entre todas e todos, que garante a independência do espírito, e, de outro, a institucionalização de modelos de apreciação alternativos, que garante respeito idêntico aos indivíduos, autorizam cada uma e cada um a interagir como pares. É o que Nancy Fraser chama de “paridade participativa”¹⁴ (FRASER, 2010). Além disso, a filósofa que apresenta inspiração frankfurtiana

¹⁰ « La structure institutionnelle de [l'espace public] est réalisée au moyen de rôles sociaux genrés ».

¹¹ Codificação masculina da cidadania que faz Carole Pateman dizer que o contrato social é na verdade um “contrato sexual” (1988). Antes de Pateman e Fraser, Jean Elshtain (1981) questionou o caráter supostamente neutro da cidadania, argumentando que os valores maternos do cuidado deveriam substituir a visão participativa e republicana da cidadania. Na esteira de Fraser, as reflexões sobre a dimensão de gênero do espaço público se multiplicaram (LUNT e LIVINGSTONE, 1994; GÖLE, 1997; RENDALL, 1999), abrindo um amplo campo de problematização das relações entre desigualdades sociais, identidades de gênero e cidadania.

¹² Ver TAYLOR, 1992 e HONNETH, 1992.

¹³ Sobre esse assunto, ver também as pesquisas de Anita Allen (1988) sobre a estruturação de gênero da vida privada e as restrições que pesaram historicamente sobre a autonomia pessoal (principalmente corporal) das mulheres.

¹⁴ A paridade participativa se diferencia da “paridade francesa”, segundo a autora: 1) porque ela é mais qualitativa do que quantitativa; 2) porque integra as duas dimensões da justiça social e não a única dimensão do reconhecimento; 3) porque vai além do campo do político; 4) porque possibilita integrar outros eixos de diferenciação social além do sexo; e 5) porque garante uma possibilidade de paridade, em vez de visar uma paridade real.

Maxime **CERVILLE** • Virginie **JULLIARD**

estabelece que os termos “público” e “privado” são “classificações culturais e etiquetas retóricas [que], usadas em um discurso político, [...] servem freqüentemente para deslegitimar certos interesses, pontos de vista e assuntos e para valorizar outros no lugar” (com a consequência de perpetuar, para além das restrições oficiais sobre a participação política, “as deficiências sócio-sexuais e de classe”) (FRASER, 1992, p. 144-145)¹⁵. A esse respeito, ela denuncia os usos ideológicos de uma retórica da vida privada que retira os problemas “econômicos” e “familiares” do campo da contestação social.

Audrey Benoît (2014) defende o aprofundamento construtivista dessa posição:

“A retórica da vida privada doméstica” é a forma pela qual, mas também *na* qual, conteúdos temáticos objetivos [...] são excluídos do debate público. Ora, tal observação exige uma análise construtivista: como essas modalidades discursivas formais produzem seus próprios objetos? Como essa “retórica” cria as próprias condições da distinção entre “público” e “privado”?¹⁶ (2014, p. 126)

Audrey Benoît considera, também, que a desconstrução da “publicidade” passa pela identificação da maneira pela qual o discurso materializa os efeitos de poder. Os trabalhos de Fátima Khemilat (2018), que abordam as controvérsias francesas em torno do véu e a fundamentação das mudanças legislativas ocasionadas por elas, inscrevem-se nessa perspectiva. Em relação à controvérsia sobre o “véu integral”, ela demonstra, por exemplo, como a definição da ordem pública do princípio de interdição só faz sentido na divisão público/privado que instaura o “regime de visibilidade republicano”, este último relegando os signos religiosos ostensivos na esfera privada e

¹⁵ « Des classifications culturelles et des étiquettes rhétoriques [qui,] employées dans un discours politique, [...] servent fréquemment à délégitimer certains intérêts, points de vue et sujets et à en mettre d'autres en valeur » (avec pour conséquence de perpétuer, au-delà des restrictions officielles sur la participation politique, « les handicaps socio-sexuels et de classe »).

¹⁶ « La rhétorique de la vie privée domestique » est la forme par laquelle, mais aussi *dans* laquelle des contenus thématiques objectifs [...] sont exclus du débat public. Or un tel constat appelle une analyse constructiviste : comment ces modalités discursives formelles produisent-elles leurs propres objets ? Comment cette « rhétorique » crée-t-elle les conditions mêmes de la distinction du « public » et du « privé » ? » (Grifo original do texto).

exigindo a disponibilidade do rosto aos olhares em nome da “moralidade pública” e “dignidade humana”.

A teoria *queer* formula três críticas às propostas de Nancy Fraser: a primeira aborda os métodos de inclusão; a segunda diz respeito aos efeitos do uso retórico dos conceitos de público e privado; a terceira é o fato de não levar em consideração o caráter normativo das modalidades de intervenção no debate público. Segundo a perspectiva *queer*, a inclusão – ou paridade participativa – não resolve completamente os problemas levantados pela estruturação de gênero do espaço público. Primeiro porque os “novatos e novatas” deveriam trazer a voz do grupo que eles ou elas deveriam representar, o que traria o risco de reificar as diferentes identidades (mesmo que cada indivíduo seja um portador de identidades múltiplas e moventes, às vezes contraditórias)¹⁷. O estabelecimento da paridade na França, por exemplo, foi uma oportunidade para (re)produzir o gênero na política: esperava-se que as mulheres se engajassem em certos temas e promovessem certos valores ditos “femininos” (DULONG e MATONTI, 2005; ACHIN *et al.*, 2007; JULLIARD, 2012). Segundo porque a participação política e o acesso ao espaço público permanecem condicionados pelo consentimento das identidades de gênero normativas e da divisão das sexualidades (CLARK, 2001; DALIBERT e QUEMENER, 2014; CERVULLE, 2014; ESPINEIRA, 2014)¹⁸. Foi a teoria *queer* que aprofundou a compreensão dos *efeitos* da privatização do

¹⁷ Essa crítica também foi feita por Iris Marion Young (2001). Segundo a cientista política, a inclusão formal não é suficiente, porque as desigualdades estruturais são estendidas até os procedimentos de deliberação. Participar desses procedimentos contribuiria para “conferir uma legitimidade imerecida e contribuir para a censura dos *outsiders*” (« *conférer une légitimité imméritée et à contribuer à la censure des outsiders* », 2001, p. 145). Young defende então uma cidadania diferenciada e uma representação dos grupos sociais oprimidos. Essa representação deve ser acompanhada pelo direito de propor políticas baseadas no interesse próprio desses grupos e pelo direito de veto de se opor às políticas gerais que os prejudicariam (1990).

¹⁸ Em outro registro, Chantal Mouffe encoraja uma concepção agonística da democracia, baseada no reconhecimento do caráter irreduzível do conflito das identidades. Para a teórica, trata-se de constituir um *nós*, em um contexto de diversidade e conflito, que se distingue de um *eles* (os adversários que concordam em fazer parte do espaço agonístico e de combater as ideias). A inclusão só tem sentido se uma distinção nós/eles compatível com o pluralismo é estabelecida (MOUFFE, 1999).

Maxime **CERVILLE** • Virginie **JULLIARD**

sexo e da sexualização da personalidade que, como lembram Lauren Berlant e Michael Warner (1998), foram atualizadas por Jürgen Habermas (1962), de um lado, e por Michel Foucault (1976), de outro. Lauren Berlant e Michael Warner (1998) mostraram também que a concepção da sexualidade como propriedade subjetiva funda o binarismo homo/heterossexual na medida em que ela “impede a deliberação de arranjos sociais baseados [nesse] binarismo”¹⁹. Esses autores propõem, por sua vez, apreender a heterossexualidade como uma cultura pública que dá forma a um público hegemônico.

Judith Butler questiona diretamente Nancy Fraser, considerando que Fraser “não procura conhecer as exclusões necessárias à definição e à naturalização da esfera da reprodução”²⁰ (BUTLER, 1997, p. 179). De fato, ao assumir a hipótese de que a política *queer* – que Nancy Fraser interpreta como uma luta pelo reconhecimento das minorias sexuais – estaria localizada exclusivamente no campo cultural, ela nega a parte material da regulação social da sexualidade (FRASER, 1997 e 2010), excluindo-a do campo da economia política. Segundo Judith Butler, a autora do livro *O que é justiça social?* (2005) mantém a divisão e a hierarquização das opressões, de maneira que elas dependeriam completamente (classe e raça), parcialmente (gênero) ou não (sexualidade) do campo da economia política.

Judith Butler considera que, se “as lutas para transformar o campo social da sexualidade não são percebidas como sendo o cerne da economia política, não é porque elas [não estariam] diretamente ligadas às questões do trabalho, mas porque elas não podem ser entendidas se a esfera econômica em si não for estendida de maneira a incluir tanto a reprodução de bens quanto

¹⁹ « Empêche la mise en délibération des arrangements sociaux fondés sur [c]e binarisme ».

²⁰ « Ne cherche pas à connaître les exclusions nécessaires à la définition et à la naturalisation de la sphère de la reproduction ».

a reprodução social das pessoas”²¹ (BUTLER, 1997, p. 178). Como apontam Karl Marx (1846) e Friedrich Engels (1884), a primeira produção é a produção de seres humanos. As lutas para transformar o campo social da sexualidade testemunham que a distinção entre esfera cultural e esfera econômica não se mantém: a troca sexual tem efeitos tanto culturais quanto materiais. O estudo da constituição de contrapúblicos feministas, gays, lésbicas ou transgêneros torna possível analisar a renegociação dos limites do público e do interesse público, assim como os jogos de reprivatização da sexualidade (FLOYD, 2001). Na França, a controvérsia relativa à abertura do casamento para casais do mesmo sexo atesta ao mesmo tempo essa porosidade das esferas (a abertura do casamento é defendida pelo fato de autorizar a igualdade de direito, em particular o patrimonial), a recusa de certos(as) atores e atrizes de debater publicamente arranjos sexuais *específicos* (cuja recusa é justificada por uma naturalização da família, da procriação e da filiação) e a hierarquização das lutas que opera a doxa (haveria, segundo os opositores da reforma, problemas “mais importantes para resolver” do que a igualdade de direitos entre casais hétero e homossexuais na França) (CERVULLE e JULLIARD, 2013).

Finalmente, a teoria *queer* se interroga sobre as modalidades da tomada da palavra no debate público. Se Nancy Fraser propõe a existência de uma pluralidade de públicos e as relações conflitantes entre esses públicos, Michael Warner (1992) chama a atenção para o fato de que a teórica não parece se distanciar da perspectiva habermasiana dos públicos “racional-críticos”, deixando de entender suas propostas em termos de novos estilos de linguagem e registros de comunicação, ou até mesmo da estética da contestação (WARNER, 2005, p. 118-119; ver também ELEFTHERIADIS, 2018).

As teóricas feministas têm argumentado pela consideração de registros

²¹ « Les luttes pour transformer le champ social de la sexualité ne sont pas perçues comme étant au cœur même de l'économie politique, ce n'est pas parce qu'elles [ne seraient pas] directement liées à des questions de travail, mais plutôt parce qu'elles ne peuvent pas se comprendre si la sphère économique elle-même n'est pas étendue de manière à inclure à la fois la reproduction des biens et la reproduction sociale des personnes ».

Maxime **CERVILLE** • Virginie **JULLIARD**

alternativos de intervenção no espaço público, como a narração (MANSBRIDGE, 1999) ou a narrativa pessoal (YOUNG, 1996), até mesmo o *sit-in*, o *boycott*, o canto (BUTLER e SPIVAK, 2007) ou qualquer forma de reunião pública que perturbe as formas de reconhecimento do político e suas exclusões constitutivas (YOUNG, 2011; BUTLER, 2015). Essa revalorização da ação direta argumenta que ela seria a única capaz de desvendar os consensos factícios (preconceitos ou crenças no caráter inalterável dessa ou daquela realidade social) engendrados pelos discursos hegemônicos sobre os quais os procedimentos deliberativos se baseiam (YOUNG, 2011).

Sobre esse ponto em especial, a abordagem comunicacional oferece ferramentas preciosas para desvelar a normatividade dos métodos de intervenção no debate público que as teorias feministas e *queer* denunciam do espaço público, na medida em que essa abordagem fornece ferramentas conceituais para estudar a maneira como as relações de poder trabalham os dispositivos de mediação²² (JULLIARD, 2009). A releitura em SIC da conceitualização do dispositivo por Michel Foucault e Gilles Deleuze, em especial para apreender dispositivos de escrita digital (por exemplo, BONACCORSI e JULLIARD, 2010; MONNOYER-SMITH, 2013; BADOUARD *et al.*, 2016), constitui, dessa forma, um quadro de apreensão favorável das formas de participação em debates²³, bem como das formações discursivas autorizadas, da reprodução das relações de dominação ou ainda dos lugares de visibilidade de determinadas subjetividades (JULLIARD, 2016).

²² Ver, por exemplo, os trabalhos conduzidos no CREM sobre as noções de "(dispositivos de) mediação", principalmente Aghababaie *et al.*, 2010; Appel *et al.*, 2010.

²³ Como Laurence Monnoyer-Smith (2013, p. 25) salienta, é "precisamente porque o dispositivo enquadra a participação que alguns se recusam a entrar, considerando que eles participam da construção de uma legitimidade processual à qual se recusam a aderir (MOUFFE, 1999)" (« précisément parce que le dispositif cadre la participation que certains refusent d'y entrer, considérant qu'ils participent à la construction d'une légitimité procédurale à laquelle ils refusent d'adhérer (Mouffe, 1999) »).

Considerações finais

Para além das diferenças de apreciação do processo deliberativo e de suas limitações, a teoria *queer* e as teorias feministas, incluindo as de inspiração frankfurtiana, convergem em um ponto: a necessidade de explicar a co-constituição e as interações entre os diferentes eixos de diferenciação social. Isso encontra particular ressonância no projeto político *queer* de recusa da assimilação das minorias sexuais, que é percebida como algo que implica legitimação e reforço das desigualdades ligadas às relações de classe e/ou racialização do social (WARNER, 1993; DUGGAN, 2003; BASSICHIS e SPADE, 2014).

No seio das teorias feministas, o princípio de modelagem das relações entre o gênero, a sexualidade, a classe e a raça deu origem a múltiplas ferramentas analíticas, embora durante as duas últimas décadas os debates tenham se concentrado essencialmente no conceito de interseccionalidade forjado por Kimberlé Crenshaw (1991), sua dimensão heurística, seus fundamentos epistemológicos e seus limites na aplicação empírica²⁴(BILGE, 2009; HILL COLLINS e BILGE, 2016; FASSA, LEPINARD e ROCA I ESCODA, 2016).

As relações entre os principais eixos de diferenciação social se manifestam no discurso midiático de uma maneira particularmente complexa. A demarcação da diferença assume uma forma distinta em termos da construção do gênero, da racialização, da divisão das sexualidades ou da produção de uma ordem simbólica de classe. No entanto, não é raro que o gênero ou a relação com a sexualidade funcionem como vetores da racialização²⁵ ou que a uma classe social sejam atribuídas características

²⁴ Este último aspecto foi particularmente tratado em uma jornada de estudos organizada pelo *Domaine d'intérêt majeur de la Région Île-de-France* intitulado "Genre, inégalités, discriminations": *L'intersectionnalité en pratiques : disciplines, méthodes et enquêtes*, que aconteceu no INED no dia 14 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.gid-idf.org/fr/activites/view/29/l-intersectionnalite-en-pratiques-disciplines-methodes-et-enquetes>. Acesso em: 12 dez. 2019.

²⁵ Ver, por exemplo, os trabalhos de Marion Dalibert sobre a midiáticação dos ciganos e dos habitantes de periferia (2014) ou sobre o tratamento midiático das narrativas de êxito social (2018).

Maxime **CERVILLE** • Virginie **JULLIARD**

estereotipadas em termos de identidade de gênero.

Em outras palavras, os principais eixos de diferenciação subjacentes às relações sociais se encontram imbricados de maneira complexa nas representações midiáticas e no debate público. Portanto, se desejamos expor sua articulação, é necessário prestar atenção aos não-ditos dos discursos, aos princípios de divisão silenciosos que os sustentam, à carga afetiva que os atravessa e, até mesmo, à maneira pela qual o processo de segmentação do social se expressa nos termos de um outro.

Referências

- ACHIN, Catherine; BARGEL, Lucie; DULONG, Delphine; FASSIN, Éric. (dir.). **Sexes, genre et politique**. Paris : Économica, 2007.
- AGHABABAIE, Mona; BONJOUR, Audrey; CLERC, Adeline; RAUSCHER, Guillaume. (dir.). **Usages et enjeux des dispositifs de médiation**, Nancy : PUN, 2010.
- ALLEN, Anita. **Uneasy Access** : Privacy for Women in a Free Society. Lanham: Rowman & Littlefield, 1988.
- APPEL, Violaine., BOULANGER, Hélène., MASSOU, Luc. (dir.). **Les dispositifs d'information et de communication** – Concept, usages et objets. Bruxelles : De Boeck, 2010.
- BENOÏT, Audrey. L'« espace public » à l'épreuve de la critique féministe. **Philonsorbonne**, n 8, 2014.
- BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sex in Public. **Critical Inquiry**, n 24, p. 547-566, 1998.
- BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogenes**, n 225, p. 70-88, 2009.
- BILGE, Sirma; HILL, Collins Patricia. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.
- BONACCORSI, Julia; JULLIARD, Virginie. Dispositifs de communication numériques et médiation du politique. Le cas du site Web d'Ideal-Eu. In : Aghababaie, M., Bonjour, A., Clerc, A., Rauscher, G. (dir.). **Usages et enjeux des dispositifs de médiation**. Nancy : PUN, 2010, p. 65-78.
- BUTLER, Judith. (1990) **Trouble dans le genre**. Le féminisme et la subversion de l'identité, trad. de l'anglais par C. Kraus. Paris: La Découverte, 2005.
- BUTLER, Judith. (1993) **Ces corps qui comptent**. De la matérialité et des limites discursives du « sexe », trad. de l'anglais par C. Nordmann. Paris : Éd. Amsterdam, 2009.
- BUTLER, Judith. (1997). **Simplement culturel ?**, trad. de l'anglais par B. Marrec. In : Bidet-Mordrel A. (dir.). **Les rapports sociaux de sexe**. Paris : Presses universitaires de France, 2010, p. 168-183.
- BUTLER, Judith. (2015) **Rassemblement**. Pluralité, performativité et politique, trad. de l'anglais par C. Jaquet, Paris, Fayard, 2016.
- BUTLER, Judith; Spivak G. C., 2007. **L'État global**, trad. de l'anglais par F. Bouillot.

Paris : Payot, 2009.

CHAUVEL, Séverine; LE RENARD, Amélie. Comment le travail journalistique amplifie la hiérarchie de genre. Une rédaction pendant la campagne présidentielle de 2012.

Genre, sexualité & société, hors-série 2, en ligne, 2013.

CLARKE, Erik. **Virtuous Vice**. Homoeroticism and the Public Sphere. Durham: Duke University Press, 2000.

CERVULLE, Maxime. Exposer le racisme. Exhibit B et le public oppositionnel. **Études de communication**, n 48, p. 37-54, 2017.

CERVULLE, Maxime. La sexualisation normative de l'espace public. **Hermès**, n 69, p. 146-151, 2014.

CERVULLE, Maxime; JULLIARD, Virginie. "Différence des sexes" et controverses médiatiques. Du débat sur la parité au "mariage pour tous" (1998-2013). **Le Temps des médias**, n 21, p. 161-175, 2013.

CERVULLE, Maxime; PAILLER Fred. #mariagepourtous : Twitter et la politique affective des hashtags. **Revue française des sciences de l'information et de la communication**, n 4, 2014.

COULLOMB-GULLY, Marlèbe, Méadel Cécile. Plombières et jardinières. Résultats d'enquêtes et considérations méthodologiques sur la représentation du genre dans les médias. **Sciences de la société**, n 83, p. 15-35, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. (1991). Cartographie des marges : intersectionnalité, politiques de l'identité et violences contre les femmes de couleur », trad. de l'anglais par O. Bonis. **Cahiers du genre**, n 39, p. 83-105, 2005.

DALIBERT, Marion. Authentification et légitimation d'un problème de société par les journalistes : les violences de genre en banlieue dans la médiatisation de Ni putes ni soumises". **Études de communication**, n 40, p. 167-180, 2013.

DALIBERT, Marion. Le marquage socio-discursif de la race par le genre. Les « roms », les Tunisiens, les Ukrainiens et les habitants des banlieues françaises dans les médias. **Revue française des sciences de l'information et de la communication**, n 4, 2014. Disponible em : <http://rfsic.revues.org/743>.

DALIBERT, Marion. En finir avec Eddy Bellegueule dans les médias. Entre homonationalisme et ethnicisation des classes populaires. **Questions de communication**, n 33, p. 89-109, 2018.

DALIBERT, Marion; QUEMENER, Nelly. Femen. La reconnaissance médiatique d'un féminisme aux seins nus. **Mots**. Les langages du politique, n 111, p. 83-102, 2016.

DAMIAN-GAILLARD, Béatrice; MONTANOLA, Sandy; OLIVESI, Aurélie. (dir.).

L'assignation de genre dans les médias. Attentes, perturbations, reconfigurations. Rennes : Presses universitaires de Rennes, 2014.

DAMIAN-GAILLARD, Béatrice; SAÏTA, Eugénie. Processus de féminisation du journalisme politique et réorganisations professionnelles dans les quotidiens nationaux français. **Communication**, v 28, n 2, 2011.

DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Paris : Galilée, 1988.

DORLIN, Elsa. Sexe, genre et intersexualité : la crise comme régime théorique.

Raisons politiques, n 18, p. 117-137, 2005.

DUGGAN, Lisa. **The Twilight of Equality** : Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy. Boston: Beacon Press, 2003.

DULONG, Delphine; MATONTI Frédérique., 2005. L'indépassable féminité. La mise en récit des femmes en campagne. In : Lagroye J., Lehingue P., Sawicki F. (dir.)

Maxime **CERVILLE** • Virginie **JULLIARD**

Mobilisation électorales. Le cas des élections municipales de 2001, Paris: Presses universitaires de France, p. 281-303.

ELEFTHERIADIS, Konstantinos. Les festivals queer, lieux de formation de contre-publics transnationaux », **Questions de communication**, n 33, p. 135-152, 2018.

ELOIT, Ilana. Le bonheur était dans les pages de ce mensuel : la naissance de la presse lesbienne et la fabrique d'un espace à soi (1976-1990). **Le Temps des médias**, n 29, p. 93-108, 2017.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Public Man, Private Woman** : Women in Social and Political Thought, Princeton: Princeton University Press, 1981.

ENGELS, Friedrich. (1884) **L'origine de la famille**, de la propriété privée et de l'État. Paris: Éditions Sociales, 1954.

ESPINEIRA, Karine. La médiatisation des politiques transgenres : du statut de contre-public à l'inégalité de la représentation. **Revue française des sciences de l'information et de la communication**, n 4, 2014.

ESPINEIRA, Karine. **Médiacultures** : la transidentité en télévision. Paris: L'Harmattan, 2015.

FASSA Farinaz; LEPINARD, Eléonore., ROCA i Escoda, Marta. (dir.).

L'Intersectionnalité : enjeux théoriques et politiques. Paris: La Dispute, 2016.

FLEURY, Béatrice; WALTER, Jacques. Espaces politiques au féminin. **Questions de communication**, n 7, p. 7-20, 2005.

FLOYD, Kevin. (2009) **La réification du désir**. Vers un marxisme queer, traduit de l'anglais par M. Dennehy, C. Nordmann, C. Garrot et M. Duval, Paris: Editions Amsterdam, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité**. Tome 1. La volonté de savoir, Paris: Gallimard, 1976.

FRASER, Nancy. (1985) **Le féminisme en mouvements**, traduit de l'anglais par E. Ferrarese, Paris : La Découverte, 2012.

FRASER, Nancy. (1992) Repenser la sphère publique : une contribution à la critique de la démocratie telle qu'elle existe réellement, trad. de l'anglais par M. Valenta.

Hermès, n 31, p. 125-156, 2001.

FRASER, Nancy. Heterosexism, Misrecognition and Capitalism : A Response to Judith Butler. **Social Text**, n 52-53, p. 279-289, 1997.

FRASER, Nancy. (2005) **Qu'est-ce que la justice sociale ?** Reconnaissance et redistribution, éd. établie et trad. par E. Ferrarese. Paris: La Découverte, 2011.

FRASER, Nancy. **Pour une politique féministe à l'âge de la reconnaissance** : approche bi-dimensionnelle et justice entre les sexes », trad. de l'anglais par B. Marrec. In : Bidet-Mordrel Annie. (coord.), Les rapports sociaux de sexe. Paris: Presses universitaires de France, 2010, p. 123-141.

GAVILLET, Isabelle. Michel Foucault et le dispositif : questions sur l'usage galvaudé d'un concept, In : Appel V., Boulanger H., Massou L. (dir.). **Les dispositifs de l'information et de la communication**. Concepts, usages et objets. Bruxelles : De Boeck, 2010, p. 17-38.

GÖLE, Nilufer. The Gendered Nature of the Public Sphere. **Public Culture**, v 10, n 1, p. 61-81, 1997.

HABERMAS, Jürgen (1962). **L'espace public** : archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise, trad. de M. B. de Launay, Paris: Payot, 1992.

- HERNANDEZ, Orellana Myriam; KUNERT, Stéphanie. **Quand l'État parle des violences faites aux femmes**. Paris: Lussaud, 2014.
- HONNETH, Axel (1992). **La lutte pour la reconnaissance**, trad. de l'allemand par P. Rusch, Paris: Cerf, 2000.
- JULLIARD, Virginie. Pour une intégration du genre par les sciences de l'information et de la communication. **Questions de communication**, n 16, p. 191-209, 2009.
- JULLIARD, Virginie. **De la presse à Internet** : la parité en questions. Paris: Lavoisier, 2012.
- JULLIARD, Virginie. #Theoriedugenre : comment débat-on du genre sur Twitter ? **Questions de communication**, n 30, p. 135-157, 2016.
- JULLIARD, Virginie. "Théorie du genre", "#theoriedugenre" : stratégies discursives pour soustraire la "différence des sexes" des objets de débat. **Études de communication**, n 48, p.111-136, 2017.
- JULLIARD, Virginie. L'idéologie raciste en appui aux discours antiféministes : les ressorts émotionnels de l'élargissement de l'opposition à la "théorie du genre" à l'école sur Twitter. **Les Cahiers du genre**, n 65, p. 17-39, 2018a.
- JULLIARD, Virginie. **La différence des sexes sur Twitter** : les conditions d'observabilité d'un engagement affectif et émotionnel. Mémoire pour l'habilitation à diriger des recherches. Paris, 2018b.
- KHEMILAT, Fatima. La redéfinition des frontières de l'espace public à l'aune des controverses sur le voile : émergence d'une ségrégation « respectable » ? **Questions de communication**, n 33, p. 43-63, 2018.
- KRAUS, C. La bicatégorisation par "sexe" à l'épreuve de la science : le cas des recherches en biologie sur la détermination du sexe chez les humains. In : GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana (dir.). **L'Invention du naturel**. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin, Paris : Éditions des archives contemporaines, 2000, p. 187-213.
- LAURETIS, de Teresa. (1987) La technologie du genre. Trad. de l'anglais par M.-H. Bourcier. In : **Théorie queer et cultures populaires**. De Foucault à Cronenberg. Paris : La Dispute, 2007, p. 37-94.
- LECOSSAIS, Sarah. Les mères ne sont pas des parents comme les autres. Genre et parentalité dans les séries télévisées françaises. **Revue française des sciences de l'information et de la communication**, n 4, 2014.
- LEMIEUX, Cyril. À quoi sert l'analyse des controverses ? », Mil neuf cent. **Revue d'histoire intellectuelle**, n 25, p. 191-212, 2007.
- LUNT, Peter; LIVINGSTONE, Sonia. Se faire entendre dans l'espace public. Les femmes, la télévision et le citoyen-téléspectateur, trad. de l'anglais par É. Maigret. **Réseaux**, n 63, p. 59-74, 1994.
- MANSBRIDGE, Jane. Everyday talk in the Deliberative System. In: MACEDO, Stephen. (dir.) **Deliberative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 211-239.
- MARIGNIER, Noemie. **Les matérialités discursives du sexe**. La construction et la déstabilisation des évidences du genre dans les discours sur les sexes atypiques, thèse en sciences du langage, Université Paris 13, 2016.
- MARX, Karl. (1846) **L'idéologie allemande**. Paris : Éditions Sociales, 1968.
- MONNOYER-SMITH, Laurence. Le web comme dispositif : comment appréhender le complexe ? . In : C. Barats (dir.). **Manuel d'analyse du web en Sciences Humaines et Sociales**. Paris : Armand Colin, 2013, p. 11-31.

Maxime **CERVILLE** • Virginie **JULLIARD**

- MOUFFE, Chantal. Deliberative democracy or agonistic pluralism ? **Social Research**, n 66 (3), p. 745-758, 1999.
- OLIVESI, Aurélie. **Implicite sexiste ?** Genre, politique et discours journalistique. Toulouse : Presses universitaires du Mirail, 2012.
- PAILLER, F. Chatroulette, et le sexe devint l'erreur du web 2.0. **POLI – Politique de l'image**, n 4, p. 81-96, 2011.
- PATEMAN, Carole (1988). **Le Contrat sexuel**, trad. de C. Nordmann. Paris: La Découverte, 2010.
- QUEMENER, Nelly. **Le pouvoir de l'humour**. Politiques des représentations dans les médias en France. Paris : Armand Colin et Ina, 2014.
- QUEMENER, Nelly. "Vous voulez réagir ?". L'étude des controverses médiatiques au prisme des intensités affectives. **Questions de communication**, n 33, p. 23-41, 2018.
- RENDALL, Jane. Women and the Public Sphere. **Gender and History**, n 11, p. 475-488, 1999.
- SPADE, Dean. Under the cover of gay rights. **N.Y.U. Review of Law & Social Change**, n 79, p. 79-100, 2013.
- TAVERNIER, Aurélie. De la parité de genre à l'égalité des sexes. La construction d'un référentiel médiatique. **MEI**, n 20, p. 149-158, 2004.
- TAYLOR, Charles. **Multiculturalism** : Examining the Politics of Recognition. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- YOUNG, Iris Marion. Communication and the Other : Beyond Deliberative Democracy. In : S. Benhabib (dir.) **Democracy and Difference** : Contesting the Boundaries of the Political. Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 120-135.
- YOUNG, Iris Marion. La démocratie délibérative à l'épreuve du militantisme », trad. de l'anglais par M. Saint-Upéry. **Raisons politiques**, n 42, p.131-158, 2001.
- VÖRÖS, Florian. **Les usages sociaux de la pornographie en ligne et les constructions de la masculinité** : une sociologie matérialiste de la réception des médias, thèse en sociologie, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2015.
- WARNER, Michael (dir.). **Fear of a Queer Planet**. Queer Politics and Social Theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- WARNER, Michael. **Publics and Counterpublics**. New York: Zone Books, 2005.

